

SRF II - Varginha

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE FAZENDA II VARGINHA
DELEGACIA FISCAL 2º NÍVEL/VARGINHA
EDITAL

Nos termos do art. 69, inciso I c/c art. 10, § 1º, ambos do RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por estar em local ignorado, incerto ou inacessível, CIENTIFICADO do Auto de Início da Ação Fiscal nº 10.000047183.70, tendo como objetivo a verificação do cumprimento das obrigações tributárias acessórias e principal, inclusive escrituração contábil, previstas na legislação tributária e societária vigente.

Nos termos do art. 70 do RPTA/MG, Informamos que o período a ser fiscalizado é de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Objeto da Auditoria fiscal: Verificação de saídas de mercadorias descobertas de documentação fiscal.

O início desta ação fiscal impossibilita a denúncia espontânea de irregularidades tributárias relacionadas ao seu objeto e período da fiscalização, nos termos do art. 207 do RPTA/MG, observado o disposto no § 4º do art. 70 do mesmo diploma legal.

Requisitamos a apresentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação na Delegacia Fiscal de Varginha, sito na Avenida Celina Ferreira Ottoni, nº 39, Bairro Jardim Vale dos Ipês Cep: 37026-575 Varginha – MG, a seguinte documentação referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022.: 1)DASN e/ou DAPI, 2)Livro de Registro de Saídas.

Empresa: Matheus Evangelista de Almeida 08837041616
CNPJ nº: 41.138.174/0001-00

Endereço: Rua Bueno da Fonseca, 535 Conj. B: Aqenta Sol Cep: 37202-870 - Município: Lavras/MG

Varginha, 11 de setembro de 2023
Marcelo Henrique Silveira
Delegado Fiscal

11 1841012 - 1

Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias

Secretário: Pedro Bruno Barros de Souza

Expediente

RESOLUÇÃO SEINFRA Nº 41 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
REAJUSTO A VALOR DA TARIFA DE EMBARQUE DO TERMINAL RODOVIÁRIO GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO - TERGIP.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º do art. 93, da Constituição do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 24313, de 28 de abril de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, no Decreto nº 48665, de 04 de agosto de 2023, e no § 2º do artigo 22, do Decreto nº 44.603, de 22 de agosto de 2007, que contém o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais - RSTC; CONSIDERANDO o processo licitatório referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022, regularmente instruído junto ao processo administrativo SEI nº 1300.01.0006749/2021-65;

CONSIDERANDO a assinatura do Contrato SUBMOB 001/2022 (50304578), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 21 de julho de 2022 (50305381), data de início da eficácia do instrumento;

CONSIDERANDO o disposto no item 83.1 do Anexo 1 - Plano de Exploração do TERGIP, Terminais Rodovias e Estações (49784026);

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a tarifa de embarque do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro - TERGIP em R\$6,87 (seis reais e oitenta e sete centavos).

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor às 00h00min do dia 12 de setembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2023

PEDRO BRUNO BARROS DE SOUZA

Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias

11 1841134 - 1

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER

Diretor-Geral: Rodrigo Rodrigues Tavares

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais exonera, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, JOÃO PAULO AMARAL JACÓBY, MASP 752730-2, do cargo de provimento em comissão DAI-32 ER1100042.

11 1841133 - 1

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Secretário: Rogério Greco

Expediente

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 026/2023 Francisco Luiz Cosmo Pinho instituído pela PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 026/2023, expedida pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 08/06/2023, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Avenida Alcoa 5801, Casa 04, Parque das Nações, Poços de Caldas/MG, CEP 37.706-178 , nos dias úteis, das 08h00min às 17h00min, e através do endereço eletrônico nucasid18@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V, VI e IX c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeitos a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I ou III do referido Diploma Legal, sob pena de REVELIA: LUCAS GONÇALVES CORREIA DA SILVA - MASP 1.479.776-5 – PROCESSOAO NO PAD 0202/2023.

Poços de Caldas, 31 de agosto de 2023
Francisco Luiz Cosmo Pinho
Masp 1.448.945-4

Presidente de Comissão

31 1837257 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Marlycio Magno dos santos, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/USCI-SEAP /SAD Nº 020/2018, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 06/04/2018, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 225 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e considerando as infrutíferas tentativas de citação, por estar em lugar incerto e não sabido, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o ex-prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, THIAGO DOMINGOS DA COSTA - MASP 1.282.377-9, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, localizada na Rodovia Papa João Paulo II, Bairro Serra Verde, nº 4143, Prédio Minas, 3º andar, lado Par - Belo Horizonte/MG - CEP: 31630-903, no horário de 08h00min às 16h00min horas, no prazo máximo de dez dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos que lhe são atribuídos, que caracterizam, em tese, conforme portaria inaugural, infração aos artigos 216, 245, parágrafo único, 246 e 250 da Lei 869/1952, estando sujeitos a uma das penalidades administrativas previstas no art. 244, incisos I, III e VI da Lei 869/1952 c/c o art. 12, parágrafo único da Lei 18.185/2009 e nos termos do art. 9º do Decreto nº 45.155, de 21 de agosto de 2009, sob pena de REVELIA. Considerando que o referido processo está autuado em sigilo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sob o número 1520.01.0006003/2021-25, o Senhor ou o advogado (a) legalmente constituído (a) poderá, de maneira alternativa, e fazendo prova desta condição, entrar em contato pelo e-mail: comissaoamrlycio@gmail.com, no prazo acima assinalado, para receber as devidas orientações relativas ao necessário cadastramento no SEI. Após o cadastramento, o Senhor e/ou seu (sua) representante legal, se constituído (a), obterá acesso eletrônico a todos os atos processuais, podendo, nesta plataforma, inserir sua defesa prévia, provas e outras manifestações. A presente publicação torna válida e eficaz esta citação, para todos os fins legais, e, portanto, a tramitação processual prosseguirá independentemente de manifestação de V.Sa. ou de sua defesa.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2023

Marlycio Magno dos Santos

Masp: 1.079.863-5

Presidente da Comissão

05 1839638 - 1

O. SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 48659, de 28/07/2023, concede afastamento a servidora MARIANA ROSA CAIXETA, MASP 1513875-3, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/ Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

O. SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 48659, de 28/07/2023, concede afastamento ao servidor CLEIR MARIA LUIS, MASP 1492338-7, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/ Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

O. SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 48659, de 28/07/2023, concede afastamento ao servidor RICARDO ADOLFO DA SILVA, MASP 1457118-6, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/ Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

O. SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e pelo Decreto nº 48659, de 28/07/2023, concede afastamento a servidora JESSE VIEIRA DE BRITO, MASP 1483133-3, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/ Policial Penal relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos da Lei Estadual nº 15.788 de 27 de outubro de 2005.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 1840577 - 1

ATO 780/2023- AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO

O. SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023 e em cumprimento à decisão proferida em sede do Processo Judicial nº 5112433-44.2023.8.13.0024, concede afastamento ao contratado temporário DOUGLAS WILL PEREIRA DE SOUZA, Masp 1395547 / 1, ASP, para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/ Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo da remuneração.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2023

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 1840671 - 1

ATO 778/2023-AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO

O. SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023 e em cumprimento à decisão proferida em sede do Processo Judicial nº 5001239-57.2023.8.13.0697, concede afastamento ao contratado temporário MAYCON SHANDER LOPES BARBOSA E SOUZA, Masp 1539897 / 7,ASP, para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023,sem prejuízo da remuneração.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2023

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 1840676 - 1

ATO 786, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 786/2023 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:

MA SP 13765128, LUIZ VITOR DE OLIVEIRA SILVA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível IV, Grau E, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 10/08/2023.

MAS P 13523147, ERICK JOHN LOPES MAGALHAES, AS EDS - ASSISTENTE EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL, Nível II, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-3, a partir de 10/08/2023.

MAS P 12713491, CRISTIANE CUNHA PEREIRA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível III, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 16/08/2023.

MAS P 12913082, LEANDRO CARLOS FELISBERTO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível III, Grau E, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 05/09/2023.

MAS P 10793081, KLEBER SUACUI CHAVES, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 05/08/2023.

MAS P 11873296, LEONARDO RICARDO DE OLIVEIRA, AGSE - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, Nível IV, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-6, a partir de 04/09/2023.

MAS P 13851746, LIDIA POLIANA DA ROCHA AFONSO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 05/09/2023.

MAS P 12619920, MARCOS SAMPAIO SILVA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível V, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 05/09/2023.

MAS P 11041159, ADRIANA CARDOSO DE OLIVEIRA, ANEDS - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL, Nível III, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-3, a partir de 01/09/2023.

MAS P 14420455, RENATO APARECIDO MARTINS, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 05/09/2023.

MAS P 10898757, URY DINIZ MENEZES RIBEIRO CHAGAS, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 05/09/2023.

MAS P 13737549, ARTHUR NOE SARAIVA DA SILVA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 06/09/2023.

MAS P 13875448, SAMARA ALBINO DE CARVALHO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível III, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-7, a partir de 10/08/2023.

Ana Louise de Freitas Pereira

Superintendente de Recursos Humanos

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 1841054 - 1

A Superintendência de Recursos Humanos da Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia, no uso de suas atribuições e a título de regularização:

REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, ao(a) Contratado(a) Temporário(a): MASP 1539538 / 7, GREISSON DOS SANTOS SILVA, a partir de 07/08/2023.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2023.

Ana Louise de Freitas Pereira

Superintendente de Recursos Humanos

01 1838484 - 1

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1101244-0, FRANCISCO DE CARVALHO VIEIRA, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, da Casa Do Albergado Jose de Alencar Rogedo, para a Penitenciária José Edson Cavaliieri, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0112583/2023-07.

Belo Horizonte, 06de setembro de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor:

MAS P 1446641-1, PATRICK RODRIGUES SOUSA, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Poços de Caldas, para o Presídio de Piumhi, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0107559/2023-49.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1446641-1, PATRICK RODRIGUES SOUSA, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Santa Luzia, para o Presídio de Juatuba, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0117821/2023-07.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1079312-3, RICARDO RODRIGUES DE SOUZA, referente ao cargo Efetivo Agente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Santa Luzia, para o Presídio de Juatuba, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0119876/2023-06.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 1841025 - 1

ATO779/2023-AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023 e em cumprimento à decisão proferida em sede do Processo Judicial nº5001238-72.2023.8.13.0697, concede afastamento ao contratado temporário JULIANO ALVES CORDEIRO,Masp 1538097 / 5,ASP,para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciário/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais,a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023,sem prejuízo da remuneração.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2023

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 1840677 - 1

ATO 776, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023

PRORROGAÇÃO DE POSSE - ATO 776/2023

O. SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 PRORROGA O PRAZO PARA POSSE, nos termos do § 1º do art. 70 da Lei 869, de 05/07/1952, do nomeado para o cargo de recrutamento amplo, DAD-1, JD1100865. ISABELLA DE OLIVEIRA LOPES, nomeada em 10/08/2023, a contar de 12/09/2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

11 1840568 - 1

RETIFICA O ATO 774/2023 DE EXONERAÇÃO A PEDIDO, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais de 24.08.2023, em relação ao servidor WELERSON RAMOS CAMACHO MASP 1180972-0, nos seguintes termos:

Onde se lê: MASP 1180972-0 WELERSON RAMOS CAMACHO, do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurança Penitenciário, Nível IV, Grau A, a contar de 12/01/2023.

Leia-se: MASP 1180972-0 WELERSON RAMOS CAMACHO, do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurança Penitenciário, Nível IV, Grau A, a contar de 24/08/2023.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 1840794 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marilíia Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licença Prévia, de Instalação e de Operação, concomitantes (LAC 1): *Leonardo Latalsia Franca/Fazenda Extrema Parcela 304 e 309 e Fazenda Rio Preto Parcela 321 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Dom Bosco/MG - Processo 4506/2022 - Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 09 (NOVE) ANOS E 22 (DIAS). **Informa ainda que foi concedida a Autorização para Intervenção Ambiental nº SEI: 1370.01.0056155/2022-95. Intervenção COM supressão de vegetação em área de preservação permanente - APP (0,1863) ha. Intervenção SEM supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente - APP (0,2049) ha. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo. (14,4430) ha. e corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (932,4681) ha. (6.721 unidades). Válida durante o prazo de 06 (SEIS) ANOS.

MINAS GERAIS

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) Sotramil Sociedade de Transportes e Mineração Ltda., Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação; Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos, São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, PA/ Nº 1007/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 11/09/2033.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro

11 1841106 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Phae Granitos do Brasil Ltda., Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos e estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Salinas/MG, PA/nº 1604/2023 ANM 830.380/2017, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 11/09/2033.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

11 1840851 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

A Diretora de Planejamento e Regulação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.

Arquivamento

Arquiva-se o processo nº.52108/2022. Requerente:Companhia Tecidos Santanense. CPF/CNPJ: 21.255.567/0011-50. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Nos termos do art. 8º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 76/2022. Município: Pará de Minas MG.

Arquiva-se o processo nº.13833/2023. Requerente:Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG. CPF/CNPJ: 17.281.106/0265-01. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Nos termos do art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705 de 04 de setembro de 2019 . Município: Cláudio MG.

Arquiva-se o processo nº.49508/2022. Requerente:Glaudison Figueiredo de Souza. CPF/CNPJ: 080.***.***.***. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Pelo não atendimento à conteúdo das Informações Complementares, n. 96/2023, de 23 de janeiro 2023. Conforme art. 24 do Decreto Estadual 47.705/2019. Município: Divinópolis MG.

Arquiva-se o processo nº.49003/2023. Requerente:Igor Eduardo Perrella Amaral Costa. CPF/CNPJ: 109.***.***.***. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Nos termos do artigo 54 A da Portaria Igam nº 48, de 04 de outubro de 2019 . Município: Morada Nova de Minas MG.

Arquiva-se o processo nº.16678/2023. Requerente:Comercial Carvalho Fernandes Ltda. CPF/CNPJ: 05.362.003/0001-99. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Conforme art. 5º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 76/2022. Município: Divinópolis MG.

Arquiva-se o processo nº.03324/2023. Requerente:Flávio José De Abreu David. CPF/CNPJ: 253.***.***.***. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Pelo não atendimento ao Ofício de Informações Complementares, n. 221/2023, de 23 de fevereiro 2023. Conforme art. 24 do Decreto Estadual 47.705/2019 . Município: Martinho Campos MG.

Arquiva-se o processo nº.15998/2023. Requerente:Ferlig Ferro Liga Ltda. CPF/CNPJ: 22.482.228/0001-0. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Nos termos do art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705 de 04 de setembro de 2019 . Município: Passa Tempo MG.

Arquiva-se o processo nº.31890/2023. Requerente:Associação Atletica Banco do Brasil - Piumhi (Mg). CPF/CNPJ: 20.714.432/0001-71. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Pelo não atendimento à conteúdo das Informações Complementares, n.582/2023 de 04/07/2023. Conforme art. 24 do Decreto Estadual 47.705/2019. Município: Piumhi MG.

Arquiva-se o processo nº.54774/2020. Requerente:Rosiana Maria Crivinel Faria. CPF/CNPJ: 042.***.***.***. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando que o pedido de outorga em tramitação se enquadra nos critérios de uso insignificante, conforme art. 5º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 76/2022. Município: MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Divinópolis, 11 de setembro de 2023.

11 1841018 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Sul de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 41795/2023, Usuário: Universidade Federal de Lavras, Lavras, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1805215/2023. *Processo nº 25550/2023, Usuário: Vialat Indústria e Comércio Ltda., Iguatama, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1805216/2023. *Processo nº 41091/2023, Usuários: Maria Beatriz Damando Sigismundo Ramos, Darci Goulart Ramos, Ibiraci, Deferido, Portaria nº 1805217/2023. *Processo nº 18860/2023, Usuário: Paulo Marcelo Rodrigues Colombarolli, São Sebastião do Paraíso, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1805218/2023. *Processo nº 48984/2023, Usuário: Coparmed Comercial Importadora Ltda., Pouso Alegre, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1805219/2023. *Processo nº 50022/2023, Usuário: Vitorarte Hotel Ltda., Lavras, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1805221/2023. *Processo nº 20427/2023, Usuário: Fagundes e Fagundes Agropecuária, Participações e Investimentos Ltda., Boa Esperança, Deferido, Portaria nº 1805223/2023. *Processo nº 41800/2023, Usuário: Tânia Mara Ferreira Botrel Reis, Três Pontas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1805225/2023. *Processo nº 37671/2022, Usuário: Instituto Inhotim, Brumadinho, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1805227/2023.

Arquivamentos:

Arquiva-se o processo nº. 50113 de 29/08/2023. Requerente: Polícia Militar de Minas Gerais. CNPJ: 16.695.025/0001-97. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Tendo em vista que foram apresentados projetos e estudos em desconformidade com as normas técnicas e não cabe solicitação de informação complementar. Considerando que o processo foi formalizado sob irregularidades quanto ao Artigo 8º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 76/2022, que tem como consequência o arquivamento do pedido de outorga, nos termos do artigo 54 A da Portaria Igam nº 48, de 04 de outubro de 2019. Destaca-se que o poço tubular deverá ser tamponado conforme Nota Técnica DIC/DvRC Nº 01/2006. Município: Poços de Caldas - MG.

Arquiva-se o processo nº. 50812 de 31/08/2023. Requerente: Transportes e Preparação de Leite MMR Ltda. CNPJ: 24.390.330/0001-07. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Tendo em vista que foram apresentados projetos e estudos em desconformidade com as normas técnicas e não cabe solicitação de informação complementar. Considerando que o processo foi formalizado sob irregularidades quanto ao Artigo 8º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 76/2022, que tem como consequência o arquivamento do pedido de outorga, nos termos do artigo 54 A da Portaria Igam nº 48, de 04 de outubro de 2019. Destaca-se que o poço tubular deverá ser tamponado conforme Nota Técnica DIC/DvRC Nº 01/2006. Município: Campo Belo - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Sul de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Varginha, 11 de Setembro de 2023.

11 1841094 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições estabelecidas no Decreto Estadual 47.383 de 02 de março de 2018, científica o interessado abaixo relacionados das decisões proferidas no processo administrativo de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Cancelamento:

Cancela-se a portaria nº. 1508239 de 05/11/2022. Requerente: Mineração Martins Eireli. – CNPJ: 23.918.344/0001-80. Curso d’água: Rio Cibrão. Motivo: conforme parecer aprovado na 102ªRO CMI/ COPAM, de 25/08/2023, em decisão do processo de licenciamento PA SLA nº 3279/2022. Município: São José do Divino - MG.

O Processo Administrativo encontra-se disponível para consulta e cópia na Supram Leste Mineiro. Os dados contidos na referida decisão estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br

11 1841073 - 1

O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM no uso de sua atribuição estabelecida no Art. 12, inciso IV da Lei nº 21.972 de 21/01/2016, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Cancelamentos:

Torna sem efeito o cancelamento da Portaria de Outorga nº 00118 publicada dia 24/02/2021, concedida a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG. CNPJ: 17.281.106/0001-03 e Mineração Mateus Leme Ltda - CNPJ: 60.510.195/0013-85, Municípios: Florestal e Mateus Leme – MG, tendo em vista a publicação da Portaria Igam nº 32, de 06 de julho de 2023.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia no IGAM. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site da IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 11 de Setembro de 2023.

11 1840824 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 15269/2023, Usuário: Saulo Bresinski Lage, Capitão Enéas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605191/2023. *Processo nº 15734/2023, Usuário: Condomínio do Edifício Burle Marx, Montes Claros, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605192/2023. *Processo nº 17962/2023, Usuário: Haroldo Dalmo Dias, Guaraciama, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605195/2023. *Processo nº 10140/2023, Usuário: Agroverde Ltda., Gameleiras, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605220/2023. *Processo nº 10141/2023, Usuário: Agroverde Ltda., Gameleiras, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605226/2023. *Processo nº 14096/2023, Usuário: Prefeitura Municipal de Montes Claros, Montes Claros, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605232/2023. *Processo nº 09083/2023, Usuário: Hélio Viana de Aquino, Januária, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605236/2023. *Processo nº 63856/2022, Usuário: Bresinski Agronegócios Ltda., Capitão Enéas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1605237/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Norte de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 11 de Setembro de 2023.

11 1841015 - 1

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário - ARSAE

Diretor-Geral: Laura Mendes Serrano

PORTARIA ARSAE-MG Nº 322, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre os critérios a serem utilizados para a eleição dos membros que irão compor as Comissões de Avaliação de Desempenho e a Comissão de Recursos do processo de Avaliação de Desempenho Individual da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Arsaе-MG.

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MINAS GERAIS - ARSAE-MG, no uso de suas atribuições legais constantes da Lei Estadual nº 18.309, de 3 de agosto de 2009, e do Decreto Estadual nº 47.884, Art. 13, inciso I, de 13 de março de 2020, e ainda obedecendo ao disposto na Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003 e no Art. 14 do Decreto nº 44.559, de 29 de junho de 2007 e do Decreto nº 45.851, de 28 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º As Comissões de Avaliação de Desempenho serão constituídas, paritariamente, por 4 (quatro) membros, da seguinte forma:

I- Obrigatoriamente, pela chefia imediata do servidor avaliado ou representante devidamente incumbido de competência delegada de avaliação, que a presidirá;

II- 2 (dois) membros eleitos pelos servidores avaliados; e

III- 1 (um) membro indicado pela autoridade máxima do órgão do servidor avaliado ou a quem for delegada.

§1º As Comissões de Avaliação de Desempenho deverão contar com, no mínimo, 2 (dois) suplentes, sendo um eleito pelos servidores e um indicado pela autoridade máxima da Agência.

§2º Serão eleitos pelos servidores de cada grupo a que se refere o §10 do caput deste artigo, dois membros titulares, dentre os servidores com maior número de votos em cada grupo.

§ 3º Serão considerados suplentes todos os servidores elegíveis da Arsaе-MG, votados com, no mínimo 1 (um) voto, na ordem de classificação do mais votado.

§4º Em caso de empate, a que se referem os §2º e §3º, será escolhido o servidor com maior tempo de serviço na Arsaе-MG excluídas as faltas injustificadas e ainda permanecendo o empate, o servidor de maior idade.

§5º Em caso de vacância da função de membro titular ou suplente da comissão de avaliação, eleitos pelos servidores, integrarão compulsoriamente, a comissão de avaliação de desempenho, os servidores na ordem de prioridade estabelecida nos parágrafos 3º e 4º.

§6º Não havendo servidores a que se refere o parágrafo 3º, será realizada nova eleição para compor a comissão.

§7º Os trabalhos das Comissões de Avaliação de Desempenho somente serão realizados com a maioria absoluta de seus membros, sendo obrigatória a presença da chefia imediata.

§8º Na hipótese de servidor desenvolver atividade exclusiva de Estado, nos termos da legislação vigente, a Comissão de Avaliação será composta, exclusivamente, por servidores da mesma carreira ou categoria funcional do servidor avaliado, ressalvado o disposto no inciso I deste artigo.

§9º Na impossibilidade de atendimento ao disposto no §8º do caput, aplica-se o disposto no art. 1º, incisos I, II e III, combinado com o art. 2º desta Portaria.

§10 As Comissões de Avaliação de Desempenho que compõe cada um dos quatro grupos elencados abaixo serão formadas pelos mesmos membros titulares e suplentes, de cada grupo, com alternância somente da chefia imediata:

a) Grupo 1: Coordenadoria Técnica de Regulação Operacional e Fiscalização dos Serviços e suas Gerências;

b) Grupo 2: Coordenadoria Técnica de Regulação e Fiscalização Econômico-Financeira e suas Gerências;

c) Grupo 3: Gabinete, Assessoria de Comunicação Social, Procuradoria, Controladoria Seccional, Ouvidoria e Gerência de Planejamento, Gestão e Finanças.

d) Grupo 4: Servidores exclusivamente das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).

§11 Serão constituídas tantas Comissões quantas forem as chefias imediatas.

Art. 2º São considerados elegíveis/indicados os servidores que preencherem os seguintes requisitos:

I- Contar com, preferencialmente, no mínimo, 01 (um) ano de efetivo exercício na Arsaе-MG;

II- Encontrar-se em nível hierárquico não inferior ao do servidor avaliado, nos termos do art. 15 do Decreto nº 44.559, de 29 de junho de 2007 e art. 31 do Decreto 45.851, de 28 de dezembro de 2011;

III- Não estar respondendo a processo administrativo; e

IV- Não ter sido delegado(a) como chefia imediata para fins de Avaliação de Desempenho.

Art. 3º As inscrições das candidaturas a membros das Comissões de Avaliação de Desempenho a que se refere o inciso II, do art. 1º se darão em dia e horário a serem amplamente divulgados nas mídias sociais internas da Agência.

§1º As inscrições deverão ser realizadas por formulário eletrônico que será disponibilizado no e-mail institucional dos servidores e nas mídias sociais internas.

§2º O servidor poderá se inscrever para candidatar a membro da comissão de avaliação do grupo ao qual pertence sua unidade de exercício, nos termos do § 10 do art. 1º.

§3º Não havendo candidatos suficientes, o Núcleo de Recursos Humanos da GPGF inscreverá, de ofício, todos os servidores elegíveis, por Grupos de atuação, que atendam aos requisitos descritos nos termos do art. 2º.

§4º O servidor é responsável por solicitar ao Núcleo de Recursos Humanos da GPGF, o link de acesso ao formulário de inscrição, caso não o receba no e-mail institucional.

§5º O servidor será desclassificado caso as informações não estejam de acordo com o estabelecido nesta Portaria.

§6º O processo eleitoral dos membros das comissões de avaliação somente poderá ser realizado com o mínimo de 10 (dez) candidatos por grupo a que se refere o §10, do art. 1º.

Art. 4º A eleição dos membros a que se refere o inciso II e parágrafo 2º, do art.1º será realizada em data e horário a ser informado através do e-mail institucional dos servidores da Arsaе-MG e mídias sociais internas.

§1º A eleição será realizada, prioritariamente, por meio de voto em formulário físico, e não sendo possível, por meio de formulário eletrônico, não sendo permitido voto por procuração.

§2º O servidor que não formalizar a votação na data e horário a serem estabelecidos conforme o “caput” deste artigo, seja por motivo de ausência, férias regulamentares, férias prêmio, licença médica ou outros impedimentos, será compulsoriamente avaliado pela Comissão de Avaliação instituída na sua unidade de exercício.

§3º A eleição dar-se-á em um único turno, com apuração em até 2 (dois) dias úteis contados da data do encerramento da votação.

§4º A divulgação dos membros eleitos que irão compor a Comissão de Avaliação, será feita no site da Arsaе-MG e no e-mail institucional dos servidores, se dará em até 2 (dois) dias úteis contados da data da apuração da eleição.

§5º O servidor votará nos candidatos a membro da Comissão de Avaliação do grupo ao qual pertence a sua unidade de exercício, de acordo com o Inciso II, § 2º e § 10 do art. 1º.

§6º Os votos que estejam em desacordo com o disposto nesta Portaria serão considerados nulos.

Art. 5º A Comissão Eleitoral será composta por 5 (cinco) membros, da seguinte forma:

I- Presidente: um representante do Núcleo de Recursos Humanos / GPGF/ARSAE;

II- Secretário: um representante do Núcleo de Recursos Humanos/ GPGF/ARSAE;

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Luisa Cardoso Barreto

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SECOM Nº 10.804, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a implementação do regime de teletrabalho, a que se refere o Decreto nº 48.275, de 24 de setembro de 2021, na Secretaria de Estado de Comunicação Social.

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO e o SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, no uso da atribuição que lhes confere o § 1º, inciso III, do art. 93 da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 23.674, de 9 de julho de 2020, e no inciso III do art. 8º do Decreto nº 48.275, de 24 de setembro de 2021,

RESOLVEM:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta resolução conjunta dispõe sobre a implementação do regime de teletrabalho no âmbito da Secretaria de Estado de Comunicação Social, conforme os objetivos e as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 48.275, de 24 de setembro de 2021.

Art. 2º - A implementação do regime de teletrabalho na Secretaria de Estado de Comunicação Social fica autorizada a partir da data de publicação, na modalidade de execução parcial nas unidades administrativas elencadas no Anexo I.

Art. 3º - O regime de teletrabalho na Secretaria de Estado de Comunicação Social será executado a partir da data de publicação desta resolução até 25 de setembro de 2024, podendo ser prorrogado, observando a conveniência e oportunidade da Administração e a fundamentação em critérios técnicos.

Art. 4º - A execução e comprovação das entregas e do atingimento das metas de desempenho e produtividade individuais pelo servidor público em regime de teletrabalho, validadas pela chefia imediata, equivalerão ao cumprimento da respectiva jornada de trabalho.

Art. 5º - Fica instituído o Comitê Interno para acompanhamento das entregas, do cumprimento de metas e avaliação global dos resultados da implementação do regime de teletrabalho na Secretaria de Estado de Comunicação Social

Parágrafo único. O Comitê Interno terá a seguinte composição:

I – 1 (um) titular e seu respectivo suplente, indicados pelaAssessoria Estratégica;

II – 1 (um) titular e seu respectivo suplente, indicados pela Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças;

III – 1 (um) titular e seu respectivo suplente, indicados pela Diretoria de Recursos Humanos.

CAPÍTULO II

DA SELEÇÃO DOS SERVIDORES APTOS PARA ADESAO AO TELETRABALHO

Art. 6º - A seleção dos servidores aptos para a adesão ao teletrabalho nas unidades administrativas e modalidade prevista no art. 2º observará o preenchimento dos seguintes requisitos:

I – capacidade de organização, autodisciplina e autogerenciamento do tempo;

II – cumprimento das atividades nos prazos estabelecidos;

III – capacidade técnica para a utilização das tecnologias necessárias para a realização do serviço em regime de teletrabalho;

IV – possibilidade de desempenho de suas atividades sem a necessidade de supervisão constante da chefia imediata;

V – inexistência de saldo de horas negativas para compensação.

Parágrafo único. A seleção de que trata o caput é de competência dos gestores das unidades administrativas elencadas no Anexo I desta resolução conjunta.

Art. 7º - Nos casos em que houver a necessidade de escolha entre os servidores da unidade para a adesão ao teletrabalho, e houver igualdade de habilidades e características, deverão ser observados os seguintes critérios para priorização dos servidores:

I – servidores com horário especial, nos termos do art. 102 da Lei nº 869, de 1952, e da Lei nº 9.401, de 1986;

II – gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III – servidores com mobilidade reduzida, nos termos da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

IV – servidores com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual na respectiva unidade;

V – servidores com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo;

VI – servidor estável, com vínculo efetivo;

VII – servidor que implementou os requisitos para aposentadoria, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 8º - São deveres e responsabilidades das chefias imediatas dos servidores das unidades administrativas em que for autorizada a implementação do regime de teletrabalho:

I – selecionar os servidores que poderão executar suas atividades no regime de teletrabalho;

II – elaborar o plano de trabalho dos servidores da respectiva unidade e definir as entregas e metas individuais conforme as diretrizes estabelecidas nesta resolução conjunta;

III – acompanhar a adaptação e o trabalho dos servidores em regime de teletrabalho;

IV – aferir e monitorar o cumprimento das entregas e atingimento das metas estabelecidas;

V – validar o relatório individual mensal dos servidores em teletrabalho;

VI – atestar o registro da frequência do servidor após avaliação do cumprimento das entregas e atingimento das metas, avaliação de justificativas apresentadas pelo servidor nos casos de descumprimento das entregas e metas, bem como verificação de outras ocorrências, tais como licenças e afastamentos legais, ponderando a proporcionalidade entre os dias de ausência e as metas previstas para o período;

VII – encaminhar, trimestralmente, relatório ao grupo gestor ou comitê interno, com a relação de servidores em regime de teletrabalho, as dificuldades verificadas e quaisquer outras situações detectadas que possam auxiliar no desenvolvimento do teletrabalho, e os resultados alcançados, inclusive no que concerne ao incremento da produtividade.

Art. 9º - São deveres e responsabilidades dos servidores que executam sua jornada de trabalho em regime teletrabalho:

I – assinar o Plano de Trabalho;

II – assinar o Termo de Ciência e Responsabilidade;

III – cumprir diretamente as atividades que lhe forem incumbidas, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para execução das entregas e cumprimento das metas estabelecidas, sob risco de desligamento do regime de teletrabalho, independentemente da aplicação de outras sanções;

IV – consultar regularmente a caixa de correio eletrônico institucional, conforme periodicidade pactuada com a chefia imediata;

V – informar antecipadamente à respectiva chefia imediata sobre eventual ausência ou indisponibilidade durante o período em que esteja escalado para trabalhar, mesmo que por gozo de afastamento legal;

VI – atender prontamente, dentro dos horários estabelecidos no plano de trabalho, a toda e qualquer solicitação da chefia imediata para prestar esclarecimentos sobre as atividades desempenhadas e sobre o cumprimento das demandas estabelecidas;

VII – providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias para a execução remota das atividades, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos;

VIII – comparecer à respectiva unidade de lotação sempre que for convocado pela chefia imediata, independentemente da modalidade de execução do teletrabalho, observado o disposto no inciso VII do caput do art. 19 e no art. 22 do Decreto 48.275, de 24 de setembro de 2021;

IX – elaborar o relatório individual mensal.

TERÇA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2023 – 11

III- Equipe: dois representantes dos servidores e um representante do Núcleo de Recursos Humanos /GPGF/ARSAE.

§1º Compete à Comissão Eleitoral acompanhar o processo de eleição, bem como apurar e proclamar os membros eleitos ou indicados, mediante a lavratura de Ata Circunstanciada dos trabalhos assinada pelo Secretário, pelo Presidente da referida Comissão e por seus membros.

§2º A Gerente de Planejamento, Gestão e Finanças indicará os membros da Comissão Eleitoral.

§3º A equipe será escolhida dentre os servidores da Arsaе-MG, que não estejam atuando como chefia imediata ou que não forem candidatos a membros da comissão de avaliação de desempenho.

§4º A composição da comissão de eleição será divulgada no e-mail institucional do servidor e nas mídias sociais internas.

Art. 6º A Comissão de Recursos será composta por 03 (três) membros definidos pela autoridade máxima da Arsaе-MG ou a quem for delegada, sendo 02 (dois) titulares e um suplente, conforme o art. 18 do Decreto nº. 44.559 de 29 de junho de 2007 e art. 34 do Decreto 45.851, de 28 de dezembro de 2011.

§1º O membro da Comissão de Recursos não poderá julgar o recurso interposto por ele próprio ou por servidor que:

I- ele tenha avaliado;

II- seja seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, na forma da legislação vigente.

§ 2º Os trabalhos da Comissão de Recursos somente serão realizados quando estiverem presentes, no mínimo, a maioria absoluta dos membros que a compõe.

§ 3º Nas hipóteses previstas no § 1º, o membro da Comissão de Recursos deverá ser substituído pelo suplente.

§4º Aplica-se a Comissão de Recursos as regras estabelecidas no art.2º.

Art. 7º Os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho e da Comissão de Recursos devem atuar de acordo com as competências estabelecidas no Decreto nº. 44.559, de 29 de junho de 2007 e Decreto 45.851, de 28 de dezembro de 2011.

Art. 8º O mandato dos membros das Comissões de Avaliação de Desempenho e da Comissão de Recursos de que trata esta Portaria terá vigência de 02 (dois) períodos avaliatórios, podendo ser prorrogado por igual período.

Art.9º A composição de cada Comissão de Avaliação e da Comissão de Recursos estará disponível no sítio eletrônico da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsaе-MG: www.arsae.mg.gov.br e divulgada no e-mail institucional dos servidores e nas mídias sociais internas.

Art. 10 Os casos omissos serão analisados pela Diretora-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsaе-MG ou a quem for delegado.

Art. 11 Fica revogada a Portaria Arsaе-MG nº 208, de 22 de setembro de 2020.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

LAURA SERRANO

Diretora-Geral

11 1840521 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202309120130350111.